

Atenção: Nesta prova, considera-se uso correto da Língua Portuguesa o que está de acordo com a norma padrão escrita.

Leia o texto a seguir para responder as questões sobre seu conteúdo.

MULHER ENGRAVIDA USANDO DIU E POSTA FOTO INUSITADA DO BEBÊ

Adaptado de: <http://veja.abril.com.br/blog/virou-viral/mulher-engravidando-usando-diu-e-posta-foto-inusitada-do-bebe/>

Por Marina Rappa. Atualizado em 5 maio 2017, 15h30 acesso em 06 mai 2017

[...] o bebê, Dexter Tyler, aparece segurando o DIU (dispositivo intrauterino) utilizado por sua mãe – um método usado justamente para impedir uma gravidez. A mãe, a americana Lucy Hellein, publicou a imagem no Facebook e rapidamente pessoas do mundo todo compartilharam a foto de Dexter. De acordo com Lucy, o dispositivo foi encontrado atrás da placenta, o que significa que Dexter não nasceu com o DIU na mão, como muitos pensaram. Na publicação, Lucy fala que o dispositivo que usava (e que falhou) era o Mirena, um tipo de DIU que libera hormônio – diferente do de cobre, por exemplo, que funciona como uma barreira física.

Mas engravidar usando o DIU é comum? “Não. O Mirena é ainda mais potente que a pílula em termos de contracepção – e também é mais confiável que o DIU de cobre, pois o hormônio liberado transforma o muco e impede que o espermatozoide chegue no útero. Mas, claro, nenhum método está isento de falhas”, afirma [...] a ginecologista Rita Dardes, professora adjunta do departamento de ginecologia da Unifesp.

De acordo com Eduardo Zlotnik, ginecologista do Hospital Albert Einstein, os números referentes à falha destes métodos contraceptivos são muito baixos. “Em média, o de cobre falha para 0,5 de cada 100 usuárias por ano, próximo a de pílulas. O de progesterona, como o Mirena, falha para 0,1 de cada 100 mulheres – próximo à laqueadura”.

Segundo Marianne Pinotti, ginecologista, obstetra e mastologista da Clínica Pinotti, é possível que o DIU tenha se deslocado. “O DIU precisa estar bem posicionado: encostado dentro do fundo do útero, ocupando toda a cavidade endometrial, pois o efeito dele se dá a partir disso. Se ele está deslocado, falha”.

Outro fator imprescindível para a eficácia do DIU é o monitoramento. “Imediatamente após a colocação do DIU, fazemos um controle por ultrassom. Isso vai nos mostrar a posição do dispositivo. No caso do de cobre, repetimos esse controle após a primeira menstruação depois da colocação. Mesmo que raro, o deslocamento ocorre geralmente nos primeiros meses após a colocação. Então, se a gente controla um mês depois e ele continua bem posicionado, a chance de se deslocar depois é muito remota”, diz Pinotti.

Muitas mulheres se perguntam sobre a diferença entre o DIU de cobre e o hormonal – e algumas informações podem auxiliar na escolha do melhor método.

“Hoje tem uma parcela de mulheres que não quer colocar hormônio nenhum no corpo. Elas podem optar pelo cobre, que funciona como método de barreira (quando o dispositivo funciona como um bloqueio entre o espermatozoide e o útero), mas pode aumentar a incidência de cólicas e do fluxo menstrual. O Mirena, além de funcionar como contraceptivo, também auxilia no controle de ciclo, pois é hormonal. A mulher que tem muito fluxo e cólica, pode optar por este método”, afirma Dardes.

Em casos como os do fofíssimo Dexter, em que a mãe engravida usando o DIU, não é preciso ter pânico – mas a mãe deve ficar alerta. “A gravidez com o DIU Mirena não apresenta quase nenhum problema. O material não vai causar interferência. O de cobre, como é muito duro, pode causar a ruptura da bolsa de líquido do bebê. O maior risco é o de aborto, principalmente para o caso do DIU de cobre”, diz Pinotti. “Passado o primeiro trimestre da gravidez, se nada acontecer, a mulher não deve ter mais problemas”, complementa Dardes.

Segundo o ginecologista Zlotnik, também não existem casos de malformação do bebê decorrente do uso do dispositivo. Mesmo assim, a mulher que engravidar com o DIU deverá realizar um exame para saber em que local o dispositivo se perdeu. “No início, se o DIU estiver perto do colo do útero, existem protocolos que recomendam sua retirada, o que pode causar sangramento. Se estiver no fundo do útero, atrás do embrião, não se deve retirar, e ele ficará junto à placenta”, afirma.

1. De acordo com as ideias presentes no texto, assinale a única alternativa totalmente correta.
 - a) Dentre os métodos contraceptivos, o Mirena é um método de barreira física, que libera hormônio no interior do útero.
 - b) Segundo o texto, não há motivos para alarde, pois casos em que mulheres engravidam usando DIU são raros.
 - c) Já foram registrados problemas em casos em que a mulher engravidou usando o DIU de cobre, mas não entre as que usavam o Mirena.
 - d) De acordo com especialistas, não há problema algum em engravidar usando DIU, nem para a mãe, nem para o bebê.
2. Há alguns pontos em que o texto não obedece rigorosamente à norma padrão. A seguir foram elencadas algumas possibilidades de ajustes para que a correção seja assegurada. Avalie-as e, em seguida, assinale a alternativa que contenha análise correta sobre as mesmas.
 - I. No trecho: “Em média, o de cobre falha para 0,5 de cada 100 usuárias por ano, próximo a de pílulas”, deveria haver crase em “próximo à de pílulas”, pois o substantivo “falha” está subentendido.
 - II. Há uma vírgula sobrando em: “A mulher que tem muito fluxo e cólica, pode optar por este método”, afirma Dardes”, pois NÃO se separa sujeito de predicado.
 - III. “Segundo o ginecologista Zlotnik, também não existem casos de malformação do bebê decorrente do uso do dispositivo”. Nesse trecho, há uma transgressão ortográfica, pois o correto seria má-formação.
 - IV. “Segundo o ginecologista Zlotnik, também não existem casos de malformação do bebê decorrente do uso do dispositivo”. Nesse trecho, o verbo existir é impessoal, portanto, NÃO deveria estar no plural.

A análise correta é:

- a) Apenas as assertivas I e II estão corretas.
- b) Apenas as assertivas I, II e IV estão corretas.
- c) Todas as assertivas estão corretas.
- d) Apenas as assertivas III e IV estão corretas.

3. Assinale a alternativa em que o termo ou expressão, de acordo com a forma como aparece no trecho abaixo, **NÃO** seja advérbio.
- O Mirena é ainda mais potente que a pílula em termos de contracepção – e também é mais confiável que o DIU de cobre, pois o hormônio liberado transforma o muco e impede que o espermatozoide chegue no útero. Mas, claro, nenhum método está isento de falhas”, afirma [...] a ginecologista Rita Dardes, professora adjunta do departamento de ginecologia da Unifesp.
- a) Não.
b) Nenhum.
c) Ainda mais.
d) Claro.
4. Analise as assertivas a seguir sobre os recursos de construção do texto e, em seguida, assinale a alternativa que contenha a análise correta sobre as mesmas.
- I. Em: “impede que o espermatozoide chegue no útero” há uma transgressão às regras de regência verbal.
II. Cada uma das ocorrências de parênteses no primeiro parágrafo do texto têm funções diferentes.
III. No primeiro parágrafo, os termos “um método” e “o dispositivo” são empregados para retomar o termo “DIU”.
IV. Passando para o plural o período: “Em casos como os do fofíssimo Dexter, em que a mãe engravida usando o DIU, não é preciso ter pânico – mas a mãe deve ficar alerta”, obteríamos, corretamente, a seguinte forma: Em casos como os do fofíssimo Dexter, em que as mães engravidam usando o DIU, não é preciso ter pânico – mas as mães devem ficar alertas.
- a) Estão corretas apenas as assertivas I, II e III.
b) Estão corretas as assertivas I e IV, apenas.
c) Todas as assertivas estão corretas.
d) Estão corretas as assertivas II e III, apenas.
5. Analise as proposições a seguir sobre colocação pronominal e assinale a alternativa que contenha análise corretas sobre as mesmas.
- I. Em: “o efeito dele se dá a partir disso”, tem-se ocorrência de próclise obrigatória.
II. Em: “Se estiver no fundo do útero, atrás do embrião, não se deve retirar” há a ocorrência de próclise obrigatória.
III. Em: “Muitas mulheres se perguntam sobre a diferença entre o DIU de cobre e o hormonal” tem-se a ocorrência de próclise, mas a ênclise também estaria correta.
IV. Em: “deverá realizar um exame para saber em que local o dispositivo se perdeu” tem-se a ocorrência de próclise, entretanto, de acordo com as normas vigentes, a ênclise seria obrigatória.
- a) Há erro de análise em todas as proposições.
b) Há erro de análise em apenas uma das proposições.
c) Há erro de análise em três das proposições, apenas.
d) Há erro de análise em duas das proposições, apenas.
6. A palavra “intrauterino” está de acordo com as regras de ortografia que determinam a colocação ou não do hífen. Assinale a alternativa em que a grafia de todas as palavras também respeite essas regras.
- a) Superresistente; ultrarresistente; extraocular; extraauricular.
b) Superresistente; ultra-resistente; extra-ocular; extraauricular.
c) Super-resistente; ultra-resistente; extra-ocular; extraauricular.
d) Super-resistente; ultrarresistente; extraocular; extraauricular.
7. Quanto à acentuação, assinale a alternativa em que a justificativa para a presença ou ausência do acento em algumas palavras do texto esteja **INCORRETA**.
- a) O termo “após” é acentuado por se tratar de um monossílabo tônico terminado em “o”, seguido de “s”.
b) As palavras “endometrial” e “possível” têm a mesma terminação, mas apenas uma é acentuada, por se tratar de paroxítona.
c) No último parágrafo do texto, há a ocorrência de cinco palavras oxítonas acentuadas.
d) A palavra “espermatozoide” não leva acento por se tratar de ditongo aberto em paroxítona.
8. Passando para a voz passiva a oração: “No caso do de cobre, repetimos esse controle após a primeira menstruação depois da colocação”, a forma correta que está presente em qual das alternativas? Assinale-a.
- a) No caso do de cobre, esse controle é repetido por nós após a primeira menstruação depois da colocação.
b) No caso do de cobre, esse controle será repetido por nós após a primeira menstruação depois da colocação.
c) No caso do de cobre, a primeira menstruação depois da colocação será repetida após esse controle.
d) No caso do de cobre, esse controle precisa ser repetido após a primeira menstruação depois da colocação.
9. Dentre as unidades de medidas de armazenamento apresentadas, qual tem maior capacidade de armazenamento de dados:
- a) Gigabyte.
b) Megabyte.
c) Petabyte.
d) Terabyte.
10. O mercado mundial de televisores e monitores tem, a cada ano, evoluído mais rapidamente na qualidade das imagens e na capacidade de representação de maior resolução de tela. Em função disto, os até então disputados televisores/monitores FullHD estão sendo substituídos agora como objeto de desejo pelos televisores/monitores 4K UltraHD. Falando-se na resolução dos televisores/monitores, 4K UltraHD representa em pixels de resolução:
- a) 1280 x 720 pixels.
b) 1920 x 1080 pixels.
c) 7680 x 4320 pixels.
d) 3840 x 2160 pixels.

Cargo: Advogado

11. O sistema de cores cuja abreviatura é RGB tem como propósito a reprodução de cores em dispositivos como:
- Impressoras à Laser
 - Plotters
 - Monitores
 - Impressoras Jato de Tinta
12. Para configurar uma conta de correio eletrônico no Microsoft Outlook, utilizando-se do Painel de Controle do Windows 10, dentro do mesmo o usuário deverá entrar na seção:
- Rede e Internet.
 - Contas de Usuário.
 - Aparência e Personalização.
 - Sistema e Segurança.
13. O software de armazenamento de arquivos da Microsoft que vem instalado por padrão (nativo) no Windows 10 é o:
- iCloud.
 - SendSpace.
 - Dropbox.
 - OneDrive.
14. Uma das principais preocupações ao se realizar transações eletrônicas através da internet está na segurança da comunicação entre o computador do usuário e o servidor que provê o produto/serviço. Esta segurança é proporcionada pela criptografia dos dados entre as duas partes da comunicação, através de um protocolo específico, que usualmente é representado antes do endereço do site no qual se está navegando. Dentre os protocolos abaixo mencionados, qual representaria uma conexão criptografada entre o cliente e o servidor?
- wwws
 - https
 - http
 - stp
15. No Microsoft Word incorporado ao Office 365, para que o usuário possa desenvolver uma mala direta, ele encontrará as opções referentes a mesma sob a "aba":
- Correspondências
 - Design
 - Revisão
 - Inserir
16. No dia 12.05.2017 um ataque cibernético atingiu quase 100 países ao redor do mundo. Os vírus WannaCryptor 2.0 e WannaCry bloqueavam os arquivos dos computadores do usuário, criptografando-os e somente liberando-os mediante o pagamento de um resgate. Este "sequestro virtual" se dá por uma espécie de vírus, chamada de:
- Phishing
 - Adware
 - Ransomware
 - Hoax
17. Segundo a lei 5.517/68, na prática profissional da medicina veterinária, é da competência privativa do médico veterinário o exercício das seguintes atividades e funções a cargo da União, dos Estados, dos Municípios, dos Territórios Federais, entidades autárquicas, paraestatais e de economia mista e particulares:
- A prática da clínica em todas as suas modalidades e a direção dos hospitais para animais;
 - A inspeção e a fiscalização sob o ponto-de-vista sanitário, higiênico, tecnológico e administrativo dos matadouros, frigoríficos, fábricas de conservas de carne e de pescado, fábricas de banha e gorduras em que se empregam produtos de origem animal, usinas e fábricas de laticínios, entrepostos de carne, leite peixe, ovos, mel, cêra e demais derivados da indústria pecuária e, de um modo geral, quando possível e de todos os produtos de origem vegetal e mineral nos locais de produção, manipulação, armazenagem e comercialização;
 - A peritagem sobre animais, identificação, defeitos, vícios, doenças, acidentes, e exames técnicos em questões judiciais e as perícias, os exames e as pesquisas reveladores de fraudes ou operação dolosa nos animais inscritos nas competições desportivas ou nas exposições pecuárias;
 - A direção técnica sanitária dos estabelecimentos industriais e, sempre que possível, dos comerciais ou de finalidades recreativas, desportivas ou de proteção onde estejam, permanentemente, em exposição, em serviço ou para qualquer outro fim animais ou produtos de sua origem.
- A sequência correta é:
- Apenas as assertivas I e II estão corretas.
 - Apenas as assertivas II, III e IV estão corretas.
 - Somente as assertiva I, II e III estão corretas.
 - Somente as assertivas I, III e IV estão corretas.
18. São atribuições dos Conselhos Regionais de Medicina Veterinária, segundo a Lei 5.517/68:
- Realizar periodicamente reuniões de conselheiros federais e regionais, para fixar diretrizes sobre assuntos da profissão.
 - Fiscalizar o exercício da profissão, punindo os seus infratores, bem como representando às autoridades competentes acerca de fatos que apurar e cuja solução não seja, de sua alçada e funcionar como Tribunal de Honra dos profissionais, zelando pelo prestígio e bom nome da profissão.
 - Organizar o Código de Deontologia Médico-Veterinária.
 - Propor ao Governo Federal as alterações da Lei 5.517/68 que se tornarem necessárias, principalmente as que, visem a melhorar a regulamentação do exercício da profissão de médico-veterinário.

19. Assinale a alternativa **INCORRETA**:

- a) O CFMV (Conselho Federal de Medicina Veterinária) e os CRMV (Conselho Regional de Medicina Veterinária) constituem em seu conjunto, uma autarquia, sendo cada um deles dotado de personalidade jurídica de direito privado, com relativa autonomia administrativa e financeira.
- b) O Conselho Federal de Medicina Veterinária compor-se-á de: um presidente, um vice-presidente, um secretário-geral, um tesoureiro e mais seis conselheiros, eleitos em reunião dos delegados dos Conselhos Regionais por escrutínio secreto e maioria absoluta de votos, realizando-se tantos escrutínios quantos necessários à obtenção desse "quórum".
- c) O Conselho Federal, assim como os Conselhos Regionais de Medicina Veterinária, servirão de órgão de consulta dos governos da União, dos Estados, dos Municípios e dos Territórios, em todos os assuntos relativos à profissão de médico-veterinário ou ligados, direta ou indiretamente, à produção ou à indústria animal.
- d) Os Conselhos Regionais de Medicina Veterinária serão constituídos à semelhança do Conselho Federal, de seis membros, no mínimo, e de dezesseis no máximo, eleitos por escrutínio secreto e maioria absoluta de votos, em assembleia geral dos médicos-veterinários inscritos nas respectivas regiões e que estejam em pleno gozo dos seus direitos.

20. O poder de disciplinar e aplicar penalidades aos médicos-veterinários compete exclusivamente ao Conselho Regional, em que estejam inscritos ao tempo do fato punível. As penas disciplinares aplicáveis pelos Conselhos Regionais são as seguintes:

- a) Censura confidencial, em aviso reservado; censura pública, em publicação oficial; advertência confidencial, em aviso público; suspensão do exercício profissional até 6 (seis) meses; cassação do exercício profissional, "ad referendum" do Conselho Federal de Medicina Veterinária.
- b) Censura confidencial, em aviso reservado; censura pública, em publicação oficial; advertência confidencial, em aviso reservado; suspensão do exercício profissional até 3 (três) meses; cassação do exercício profissional, "ad referendum" do Conselho Federal de Medicina Veterinária.
- c) Censura confidencial, em aviso reservado; censura pública, em publicação oficial; advertência confidencial, em aviso reservado; suspensão do exercício profissional até 9 (nove) meses; cassação do exercício profissional, "ad referendum" do Conselho Federal de Medicina Veterinária.
- d) Censura pública, em aviso reservado; censura confidencial, em publicação oficial; advertência pública, em aviso reservado; suspensão do exercício profissional até 3 (três) meses; cassação do exercício profissional, "ad referendum" do Conselho Federal de Medicina Veterinária.

21. Consoante a Lei 5.550/68, só é permitido o exercício da profissão de zootecnista:

- a) Ao portador de diploma expedido por escola de zootecnista, de medicina veterinária e de agronomia; ao profissional diplomado no estrangeiro com certificado expedido por universidade estrangeira reconhecido pelo Ministério da Educação daquele país; ao agrônomo e ao veterinário diplomados na forma da lei.
- b) Ao portador de diploma expedido por escola de zootecnista oficial ou reconhecida e registrado na Diretoria do Ensino Superior do Ministério da Educação e Cultura; ao profissional diplomado no estrangeiro, que haja revalidado e registrado seu diploma no Brasil, na forma da legislação em vigor; ao agrônomo e ao veterinário diplomados na forma da lei.
- c) Ao portador de diploma expedido por escola de zootecnista ou de medicina veterinária oficial; ao profissional diplomado somente dentro do país e ao agrônomo e ao veterinário diplomados na forma da lei.
- d) Ao portador de diploma expedido por escola de medicina veterinária oficial registrada no Ministério da Educação e Cultura; ao profissional diplomado no estrangeiro, com certificado da escola estrangeira; ao engenheiro agrônomo e ao veterinário diplomados na forma da lei.

22. São atividades privativas do zootecnista, segundo a Lei 5.550/68:

- a) Não há obrigatoriedade do zootecnista de participar dos exames a que os mesmos hajam de ser submetidos, para o efeito de sua inscrição nas Sociedades de Registro Genealógico.
- b) O zootecnista não poderá exercer a supervisão técnica das exposições oficiais a que eles concorrem, nem com a das estações experimentais, apenas participarem como expositores divulgando a profissão.
- c) Informar e orientar sobre a criação dos animais domésticos, em todos os seus ramos e aspectos na condição apenas de divulgador juntamente com o médico veterinário.
- d) Promover e aplicar medidas de fomento à produção dos mesmos, instituindo ou adotando os processos e regimes, genéticos e alimentares, que se revelarem mais indicados ao aprimoramento das diversas espécies e raças, inclusive com o condicionamento de sua melhor adaptação ao meio ambiente, com vistas aos objetivos de sua criação e ao destino dos seus produtos.

23. Assinale a alternativa correta:

- a) O poder de disciplinar e aplicar penalidades ao zootecnista compete exclusivamente ao Conselho Federal de Medicina Veterinária, ao tempo da falta punível.
- b) Na administração pública não é obrigatória, a apresentação do diploma por parte daqueles a quem a Lei permitir o exercício da profissão de zootecnista, mesmo este sendo estrangeiro com diploma reconhecido pelo Ministério da Educação.
- c) A fiscalização do exercício da profissão de zootecnista será exercida pelo Conselho Federal e pelos Conselhos Regionais de Engenharia, Arquitetura e Agronomia, enquanto não instituídos os Conselhos de Medicina Veterinária ou os da própria entidade de classe.
- d) A jurisdição disciplinar estabelecida ao tempo da falta punível derroga a jurisdição comum, quando a falta cometida constituir crime já tipificado na lei penal.

24. Com fundamento na Lei 5.517/68, assinale a alternativa **INCORRETA**:

- a) Da imposição de qualquer penalidade, caberá recurso, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da ciência, para o Conselho Federal, com efeito suspensivo nos casos de suspensão ou cassação do exercício profissional.
- b) A deliberação do Conselho Regional de Medicina Veterinária nos processos disciplinares não se precederá obrigatoriamente de audiência do acusado, pois a oitiva será facultativa.
- c) As denúncias contra membros dos Conselhos Regionais só serão recebidas quando devidamente assinadas e acompanhadas da indicação de elementos comprobatórios do alegado.
- d) Em matéria disciplinar, o Conselho Regional deliberará de ofício ou em consequência de representação de autoridade, de qualquer membro do Conselho ou de pessoa estranha a ele, interessada no caso.

25. Na Constituição Federal de 1988 encontram-se estampados os direitos fundamentais insitos à necessidade humana, servindo de fulcro o princípio da dignidade da pessoa humana e o princípio da igualdade (CF, art. 1º, 3º e 5º). Baseado nestes princípios podemos afirmar que:

- I. A construção de uma sociedade livre, justa e solidária e a garantia do desenvolvimento nacional.
- II. A erradicação da pobreza e da marginalização, bem como a redução das desigualdades sociais e regionais e prevalência dos direitos humanos.
- III. A promoção do bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.
- IV. Não poderá ser assegurada, nos termos da lei, a prestação de assistência religiosa nas entidades civis e militares de internação coletiva, em respeito a laicidade do estado.

A sequência correta é:

- a) Apenas a assertiva III está correta.
- b) Apenas as assertivas I e II estão corretas.
- c) Somente as assertivas I, II, III estão corretas.
- d) Apenas as assertivas I e IV estão corretas.

26. Denominada também como “Constituição cidadã”, a Carta Magna de 1988 em seu artigo 5º elenca os direitos fundamentais do cidadão, dentre os quais podemos citar:

- I. É inviolável o sigilo da correspondência e das comunicações telegráficas, de dados e das comunicações telefônicas, salvo, no último caso, por ordem judicial, nas hipóteses e na forma que a lei estabelecer para fins de investigação criminal ou instrução processual penal.
- II. A casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador, salvo autorização policial ou de alguém outorgado através de procuração particular exclusivamente para fins de investigação criminal.
- III. As associações só poderão ser compulsoriamente dissolvidas ou ter suas atividades suspensas por decisão judicial. Em qualquer momento do processo o juiz despachará interlocutoriamente e autorizará a sua dissolução.
- IV. A lei estabelecerá o procedimento para desapropriação por necessidade, utilidade pública ou interesse privado que traga geração de empregos, ou por interesse econômico que se justifique a referida desapropriação, mediante permuta por imóvel avaliado no mercado imobiliário com valor semelhante ou próximo do imóvel desapropriado.

A sequência correta é:

- a) Apenas as assertivas II e III estão corretas.
- b) Somente as assertivas I, III e IV estão corretas.
- c) Somente a assertiva I está correta.
- d) Apenas as assertivas I e III estão corretas.

27. Assinale a alternativa **INCORRETA**:

- a) A lei assegurará aos autores de inventos industriais privilégio temporário para sua utilização, bem como proteção às criações industriais, à propriedade das marcas, aos nomes de empresas e a outros signos distintivos, tendo em vista o interesse social e o desenvolvimento tecnológico e econômico do País.
- b) A pequena propriedade rural, assim definida em lei, desde que trabalhada somente pela família, poderá ser objeto de penhora para pagamento de débitos decorrentes de sua atividade produtiva, dispondo a lei sobre os meios de financiar o seu desenvolvimento.
- c) São assegurados, nos termos da lei: a proteção às participações individuais em obras coletivas e à reprodução da imagem e voz humanas, inclusive nas atividades desportivas; o direito de fiscalização do aproveitamento econômico das obras que criarem ou de que participarem aos criadores, aos intérpretes e às respectivas representações sindicais e associativas.
- d) No caso de iminente perigo público, a autoridade competente poderá usar de propriedade particular, assegurada ao proprietário indenização ulterior, se houver dano.

28. São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social, previstos na Constituição Federal:
- A jornada de seis horas para o trabalho realizado em turnos ininterruptos de revezamento, não podendo ser aceito quaisquer negociações para sua majoração.
 - Duração do trabalho normal não superior a oito horas diárias e quarenta semanais, facultada a compensação de horários e o aumento da jornada, mediante somente tratado em dissídio coletivo de trabalho.
 - Assistência gratuita aos filhos e dependentes desde o nascimento até 7 (sete) anos de idade em creches e pré-escolas.
 - Relação de emprego protegida contra despedida arbitrária ou sem justa causa, nos termos de lei complementar, que preverá indenização compensatória, dentre outros direitos e o seguro-desemprego, em caso de desemprego involuntário.
29. É competência exclusiva do Congresso Nacional, de acordo com o artigo 49 da Constituição Federal:
- Resolver temporariamente sobre tratados, acordos ou atos internacionais que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio histórico e ecológico nacional.
 - Aprovar o estado de defesa e a intervenção federal, autorizar o estado de sítio, ou suspender qualquer uma dessas medidas;
 - Autorizar o vice-presidente da República e o presidente do Senado Federal a declarar guerra, a celebrar a paz, a permitir que forças estrangeiras transitem pelo território nacional ou nele permaneçam temporariamente, ressalvados os casos previstos em lei complementar.
 - Escolher dois quintos dos membros do Tribunal de Contas da União.
30. Compete privativamente ao Senado Federal:
- Aprovar previamente, por voto secreto, após arguição pública, a escolha de: magistrados em casos previstos na Constituição Federal; Ministros do Tribunal de Contas da União indicados pelo Presidente da República; Governador de Território; Presidente e diretores do banco central e o Procurador-Geral da República.
 - Autorizar operações externas de natureza financeira, de interesse de bancos estaduais ou federais, excetuando a instituição financeira pertencente ao Distrito Federal.
 - Processar e julgar os Ministros do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça, o Procurador-Geral da República, os presidentes dos Tribunais de Contas dos estados e os presidentes do Tribunal de Contas da União nos crimes de responsabilidade.
 - Fixar por proposta do vice-presidente da República, limites globais para o montante único da dívida consolidada da União.
31. Assinale a alternativa correta:
- Declarada a constitucionalidade por omissão de medida para tornar efetiva norma constitucional, será dada ciência ao Poder competente para a adoção das providências necessárias e, em se tratando de órgão administrativo, para fazê-lo em dez dias.
 - Podem propor a ação direta de inconstitucionalidade e a ação declaratória de constitucionalidade: o procurador geral da república, o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, partido político com representação no Congresso Nacional, Confederação sindical ou entidade de classe, Presidente da República, mesa do Senado Federal, Câmara dos deputados, Assembleias Legislativas e governador de estado.
 - O Procurador-Geral da República deverá ser previamente ouvido nas ações de inconstitucionalidade e constitucionalidade, bem como nas arguições de descumprimento de preceito federal e em todos os processos de competência do Superior Tribunal de Justiça.
 - Quando o Supremo Tribunal Federal apreciar a inconstitucionalidade, em tese, de norma legal ou ato normativo, citará, previamente, o Procurador Geral da República ou um Procurador do Ministério Público Federal, que defenderá o ato ou texto impugnado.
32. Nos processos de licitação pública que são regulados pela Lei 8.666/93, é correto afirmar:
- A margem de preferência a que se refere o § 5º do diploma legal acima poderá ser estendida, total ou parcialmente, aos bens e serviços originários dos Estados Partes da União Europeia.
 - A margem de preferência será estabelecida com base em estudos revistos periodicamente, em prazo não superior a 03 (três) anos, que levem em consideração geração de emprego e renda.
 - As margens de preferência por produto, serviço, grupo de produtos ou grupo de serviços, produtos manufaturados e serviços nacionais resultantes de desenvolvimento e inovação tecnológica realizados no País, a que se referem os §§ 5º e 7º do artigo 3º da Lei 8.666/93 serão definidas pelos Poderes Executivos Estaduais e Municipais, não podendo a soma delas ultrapassar o montante de 35% (trinta e cinco por cento) sobre o preço dos produtos manufaturados e serviços estrangeiros.
 - Nos processos de licitação, poderá ser estabelecida margem de preferência para: produtos manufaturados e para serviços nacionais que atendam a normas técnicas brasileiras e bens e serviços produzidos ou prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação.

33. Consoante o artigo 37 da Constituição Federal em seu §3º, no qual a lei disciplinará as formas de participação do usuário na administração pública direta e indireta, regulando especialmente:
- As reclamações relativas à prestação dos serviços públicos em geral, asseguradas a manutenção de serviços de atendimento ao usuário e a avaliação periódica, externa e interna, da qualidade dos serviços.
 - A obtenção de certidões em repartições públicas, para defesa de direitos e esclarecimento de situações de interesse pessoal deverá ser recolhida a taxa ou emolumento de forma compulsória.
 - A forma de acesso dos usuários a registros administrativos deve ser controlada sem a necessidade de observar a inviolabilidade a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas.
 - O direito de petição aos Poderes Públicos em defesa de direitos ou contra ilegalidade ou abuso de poder deverá obrigatoriamente ser recolhidas as taxas relativas sob pena da não apreciação pelo Poder Público.
34. Para aquisição de bens e serviços comuns, a administração pública poderá adotar a licitação na modalidade de pregão, que será regida pela Lei 10.520/02. A fase preparatória do pregão observará:
- A equipe de apoio deverá ser integrada em sua maioria por servidores comissionados ocupantes de cargos na administração pública que tenham conhecimento do setor de licitação e compras.
 - A definição do objeto deverá ser precisa, suficiente e clara, inclusive com todas as especificações que, mesmo excessivas, são necessárias a competição.
 - A autoridade competente designará, dentre os servidores do órgão ou entidade promotora da licitação, o pregoeiro e respectiva equipe de apoio, cuja atribuição inclui, dentre outras, o recebimento das propostas e lances, a análise de sua aceitabilidade e sua classificação, bem como a habilitação e a adjudicação do objeto do certame ao licitante vencedor.
 - O pregoeiro contratado definirá o objeto do certame, as exigências de habilitação, os critérios de aceitação das propostas, as sanções por inadimplemento e as cláusulas do contrato, inclusive com fixação dos prazos para fornecimento.
35. Dos crimes contra a administração pública encontramos a seguinte definição para um dos delitos: "Exigir, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida". Aponte qual o tipo penal correto:
- Concussão.
 - Excesso de exação.
 - Corrupção passiva.
 - Peculato.
36. Ao empregado afastado do emprego, são asseguradas, por ocasião de sua volta, todas as vantagens que, em sua ausência, tenham sido atribuídas à categoria a que pertencia na empresa. O empregado poderá deixar de comparecer ao serviço sem prejuízo do salário, conforme artigo 473 da Consolidação das Normas Trabalhistas – CLT:
- Até 5 (cinco) dias consecutivos ou não, para o fim de se alistar eleitor, nos termos da lei respectiva.
 - Por um dia, em cada 06 (seis) meses de trabalho, em caso de doação voluntária de sangue devidamente comprovada.
 - Pelo tempo que se fizer necessário, quando, na qualidade de representante de entidade sindical, estiver participando de reunião oficial de organismo internacional do qual o Brasil seja membro.
 - Até 3 (três) dias consecutivos, em caso de falecimento do cônjuge, ascendente, descendente, irmão ou pessoa que, declarada em sua carteira de trabalho e previdência social, viva sob sua dependência econômica.
37. As formas de rescisão do contrato de trabalho podem ser classificadas em: Dispensa por justa causa, Dispensa sem justa causa Pedido de demissão, Rescisão indireta e Rescisão por culpa recíproca. Podemos afirmar:
- Dispensa por justa causa causada pelo empregado - Ocorre quando o empregado comete faltas graves, em casos de desonestidade ou má conduta, indisciplina, negligência, abandono do emprego, violação de segredo da empresa, embriaguez em serviço, agressão física e à honra contra colegas, chefe e empregador, entre outras, como previsto no art. 482 da CLT. Nesse caso, o empregado só recebe o saldo de salário e os períodos de férias vencidas.
 - Pedido de demissão - Ocorre quando o empregado quer deixar o emprego. Nesse caso, algumas verbas rescisórias são devidas apenas pela metade, sendo elas: multa do FGTS, aviso prévio indenizado, 13º salário proporcional e férias proporcionais acrescidas de 1/3, mas tem direito ao seguro-desemprego.
 - Dispensa por justa causa - Ocorre quando o fim do contrato se dá por vontade única do empregador. Nessas circunstâncias, o empregado tem direito ao aviso prévio, férias vencidas, acrescidas de 1/3, férias proporcionais, décimo terceiro salário proporcional, saldo de salário, além de multa de 40% sobre o FGTS, que é a penalidade para a dispensa imotivada.
 - Dispensa sem justa causa - Ocorre quando o fim do contrato se dá por vontade única do empregado. Desta forma, o empregado tem direito a férias vencidas, férias proporcionais, décimo terceiro salário proporcional, saldo de salário. Tem direito também de sacar os depósitos do FGTS. O empregado não tem direito ao seguro-desemprego.

38. Podemos afirmar sobre prescrição e decadência no direito do trabalho:
- Respeitado o biênio subsequente à cessação contratual, a prescrição da ação trabalhista concerne às pretensões imediatamente anteriores a cinco anos, contados da data do ajuizamento da reclamação e, não, às anteriores ao quinquênio da data da extinção do contrato. (ex-OJ nº 204 - Inserida em 08.11.2000).
 - Assim, caso haja lesão a determinado direito, o trabalhador terá direito a buscar reparação no prazo de 5 (cinco) anos contados da data em que houve a violação do direito. Isto frise-se, na extinção do contrato de trabalho ou quando este estiver suspenso.
 - A prescrição, na esfera trabalhista, ocorre e é computada (flui) a partir de dois lapsos temporais: Na vigência do contrato de trabalho: prazo prescricional de 2 (dois) anos (é a denominada prescrição bienal) e A partir da extinção do contrato de trabalho: 5 (cinco) anos (é a denominada prescrição quinquenal).
 - A norma constitucional que ampliou o prazo de prescrição da ação trabalhista para 5 (cinco) anos não possui aplicação imediata e pode atingir pretensões já alcançadas pela prescrição bienal quando da promulgação da CF/1988. (ex-Súmula nº 308 - Res 6/1992, DJ 05.11.1992).
39. Com relação as Execuções em favor da Fazenda Pública consoante a Lei 6.830/80, assinale a alternativa **INCORRETA**:
- O despacho do Juiz que deferir a inicial importa em ordem para: penhora, se não for paga a dívida, nem garantida a execução, por meio de depósito, fiança ou seguro garantia; citação, pelas sucessivas modalidades; arresto, se o executado não tiver domicílio ou dele se ocultar; registro da penhora ou do arresto, independentemente do pagamento de custas ou outras despesas; avaliação dos bens penhorados ou arrestados.
 - O executado será citado para, no prazo de 5 (cinco) dias, pagar a dívida com os juros e multa de mora e encargos indicados na Certidão de Dívida Ativa, ou garantir a execução.
 - Na execução de dívida ativa em favor da Fazenda Pública: A petição inicial será instruída com a Certidão da Dívida Ativa, que dela fará parte integrante, como se estivesse transcrita; A petição inicial e a Certidão de Dívida Ativa são documentos distintos, devendo estar um apensado ao outro; A produção de provas pela Fazenda Pública depende de requerimento na petição inicial; O valor da causa será o da dívida constante da certidão, sem os encargos legais.
 - A citação pelo correio considera-se feita na data da entrega da carta no endereço do executado, ou, se a data for omitida, no aviso de recepção, 10 (dez) dias após a entrega da carta à agência postal.
40. Segundo disposto na Lei 6.830/80, na garantia da execução, pelo valor da dívida, juros e multa de mora e encargos indicados na Certidão de Dívida Ativa, o executado poderá:
- Indicar à penhora bens oferecidos por seus credores sem a necessidade de aceitação pela Fazenda Pública, desde que satisfaça ou exceda o valor da penhora;
 - Se o imóvel oferecido a penhora tenha sido adquirido na constância da união do executado, e somente por recursos deste, não há necessidade de anuência do conjugue.
 - Efetuar depósito em dinheiro, à ordem do Juízo em estabelecimento oficial de crédito, que assegure atualização monetária;
 - Quaisquer formas de pagamento, desde que possuam liquidez, faz cessar a responsabilidade pela atualização monetária e juros de mora.

PROVA DISCURSIVA

A redação deverá ser respondida sob forma de dissertação e com no mínimo 20 (vinte) linhas e no máximo 30 (trinta) linhas, sendo atribuída nota zero à mesma, caso não atenda ao limite mínimo de linhas e, sendo desconsiderado o que ultrapassar o limite máximo.

Tema para Redação

Sendo conhecedor da aplicabilidade da legislação referente à dispensa ou à inexigibilidade de licitações, discorra sobre o poder discricionário do agente público na sua aplicabilidade, quando de interesse do CRMV-SC.